



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

Matheus Oliveira dos Santos Araújo

**DIÁSPORA AFRICANA E A FILOSOFIA NO BRASIL – O EPISTEMICÍDIO
E O PROCESSO DE REDEFINIÇÃO IDENTITÁRIA**

Irôko e o resgate das raízes

BRASÍLIA

2024

Matheus Oliveira dos Santos Araújo

**DIÁSPORA AFRICANA E A FILOSOFIA NO BRASIL – O EPISTEMICÍDIO
E O PROCESSO DE REDEFINIÇÃO IDENTITÁRIA**

Irôko e o resgate das raízes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília enquanto requisito parcial para a obtenção de título de licenciatura em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento

Brasília

2024

Matheus Oliveira dos Santos Araújo

**DIÁSPORA AFRICANA E A FILOSOFIA NO BRASIL – O EPISTEMICÍDIO
E O PROCESSO DE REDEFINIÇÃO IDENTITÁRIA**

Irôko e o resgate das raízes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Filosofia da Universidade
de Brasília enquanto requisito parcial para a
obtenção de título de licenciatura em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr Wanderson Flor do
Nascimento

Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento – Orientador

(UnB)

Prof. Dra. Ana Miriam Wuensch – Avaliadora

(UnB)

Dedico este projeto ao Senhor do início,
aquele que deve ser saudado antes de todos.
Laroyê Èşù.

AGRADECIMENTOS

Estendo meus primeiros agradecimentos a Èsù, a quem nada nunca me deixou faltar e cuja presença sempre foi viva durante esse longo caminhar de produção. Sendo mais do que apenas uma energia avulsa ao cosmos, seus conselhos e abraços me despiram de todas as certezas que agiam como uma névoa, eclipsando-me de buscar o novo, de ser eterno aprendiz.

Minha escrita sempre partirá do espaço de agradecimento, de demonstração do afeto, carinho e broncas recebidas durante esse percurso. Agradecimento às pessoas que, mesmo com minhas irremediáveis falhas, sempre se mostraram presentes, pacientes e dispostas a me encaminhar, encorajar a melhorar. Deixo eternizado aqui meus mais sinceros agradecimentos a professora Ana Miriam Wuensch, sem a qual não seria possível a construção deste trabalho. Agradeço os seus incansáveis esforços em expor-me à espaços fora da zona de conforto - pois somente nestes espaços que se faz possível a real compreensão e elaboração do pensamento filosófico. Ao longo dessa jornada sinto que não só ganhei alguém em quem posso me inspirar, seja como docente ou como ser humano, mas ganhei uma amiga com a qual posso contar nos momentos de necessidade. Ao professor Wanderson Flor, expresso meus mais sinceros agradecimentos não só por acolher este projeto de última hora, mas por ser uma eterna inspiração a todos alunos de cor que ingressam não só na Universidade de Brasília, mas como para todos aqueles que dedicam seus estudos a partir de uma lente não focada nos estudos europeus. Sua presença, não restrita a produção deste projeto, mas o entendendo também enquanto um dos nomes em maior evidência dentro da construção dos pensamentos filosóficos africanos no Brasil, serviu e continua servindo de inspiração a muitos jovens, nos mostrando que as raízes a quais estamos conectadas importam e temos espaços a serem ocupados, diferentemente daquilo que o opressor nos leva a acreditar. Se hoje existimos é porque houve um professor teimoso que acreditou em nosso potencial e nos resgatou da sociedade. Agradeço também ao professor Marcos Aurélio Fernandes por ter sido fonte de auxílio durante um ano na produção desta monografia e demais anos sendo fonte inesgotável de conhecimento durante minha graduação. Espero me mostrar digno de toda confiança e orientações recebidas não só durante esse período de produção, mas por todo suporte recebido. Estendo meus agradecimentos aos demais membros do corpo docente da Universidade de Brasília que auxiliaram nesse processo formativo.

Expandido meus agradecimentos além do corpo docente da Universidade de Brasília, deixo anexado aqui um pedaço de meu coração, agradecendo a mulher que sempre foi meu refúgio, meu ponto de socorro e fonte de amor infindo. Se uma avó é mãe duas vezes, uma bisavó é mãe três vezes, ou ainda mais. Não sou capaz de expressar a sorte de ter nascido e compartilhado mais da metade de minha vida contigo, seus ensinamentos ainda vivem e ressoam em minha alma, como uma canção que nunca para de tocar ou perde o ritmo. Meus sonhos sempre te tinham como personagem principal, e apesar deste espaço se encontrar vago nos dias de hoje, viverei tudo aquilo que gostaria de termos vivido juntos. Dona Percilia, por mais que o ciclo material de nosso encontro tenha terminado de forma abrupta, sempre lhe carregarei em meu peito e sua essência será sempre viva naquilo que produz.

Aos meus avós, aqueles que foram mãe e pai duas vezes, registro meu amor e agradecimentos eternos. A todo auxílio e confiança a mim depositados jamais serão esquecidos, assim como houve um ou mais professores teimosos que insistiram em acreditar em meu potencial, houve também pilares, relacionados pelo sangue, que sempre insistiram na minha capacidade, depositando sua fé mesmo quando eu desacreditava do meu caminhar. As minhas tias e tias-avós por todo suporte emocional - e, diga-se de passagem, financeiro - sem as quais eu jamais seria capaz de me manter de pé nos momentos de dificuldade. Se nós, enquanto pessoas negras, já sofremos com a dificuldade financeira de produção, sem vocês também seria vítima da falta de afeto e carinho necessários para a real existência e vivência da humanidade e do ser humano.

Agradeço também aos diversos amigos que me ajudaram a construir o ser que sou hoje, sempre lidando com minhas falhas e faltas e ainda sim me acolhendo: Á André Ferraz de Almeida, Alexandre César de Oliveira, Gabriel Soares, Letícia Ferreira, Quezia Vieira, Schemberly Bueno e Tcherry Felix. A fim de não me estender muito, expresso minha gratidão aos demais amigos e colegas os quais não citei.

Por último, mas não menos importante, agradeço a minha mãe Raphaela Santos de Oliveira. Assim como Nanã cedeu o barro para a criação da humanidade, ela cedeu tudo o que tinha e não tinha a fim de me criar da melhor forma possível. Amiga, mãe, confidente, tudo que sou nela foi gerado, meus méritos nunca serão realmente só meus, mas nossos.

*“A gente tem dificuldade de produção
Dificuldade financeiras de produção e tudo
Mas a gente consegue fazer o que a gente gosta
Eu trabalho na madrugada, não sou aquele do
horário nobre
Sou aquele da experiencia do experimento
Eu procuro a independência
Eu procuro os princípios”*

(Murica, 2019)

RESUMO

Esse projeto tem por intuito resgatar aquilo que se tem como perdido, que por diversas vezes foi sufocado e abafado, o pensar e a identidade negra. Através da análise da construção do Estado-nação Brasil e das relações étnico-raciais que se seguiram se torna visível o apagamento cultural e intelectual sofrido pelos povos diaspóricos. Abordaremos então a necessidade e as medidas usadas a fim de se resgatar o eu afro-brasileiro.

Palavras-chave: Estado-nação; filosofia africana; mito fundador; epistemicídio; ancestralidade

ABSTRACT

This project aims to rescue what has been lost, which has been suffocated and stifled on several occasions, black thinking and identity. Through the analysis of the construction of the Brazilian nation-state and the ethnic-racial relations that followed, the cultural and intellectual erasure suffered by diasporic peoples becomes visible. We will then address the need and the measures used in order to rescue the Afro-Brazilian self.

Key Words: Brazilian nation-state; African philosophy; founding myth; epistemicide; ancestry

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. O MITO FUNDADOR, A NAÇÃO E A DIÁSPORA	11
3. O NÃO SER NO NÃO LUGAR	21
4. RESISTÊNCIA AO EPISTEMICÍDIO E REVALIDAÇÃO DA IDENTIDADE	27
5. CONCLUSÃO.....	32

1. INTRODUÇÃO

A formação cultural e filosófica de um povo não se encontra num quebra cabeça o qual nos vemos juntando pedaços históricos, advindos de lugares específicos com horários estipulados. A real formação, ainda mais a mítica a qual irá ser abordada nessa dissertação, não se vê refém de um tempo histórico, preso numa linearidade cronológica inalcançável e sobreposta pelos ossos de nossos ancestrais, mas sim como um acontecimento que acontece o tempo inteiro, em todas as partes do nosso cotidiano e do nosso viver. Seja nos períodos de sonho, transe ou morte, as águas do tempo (as raízes do Irôko) mítico se encontram num constante movimento de vai e vem, “um vasto oceano sem margem nem marcos” (Obenga, 1982, pg. 59).

Através dos “grandes mestres clássicos” vemos que o intuito da filosofia é a compreensão, o questionar, destruir, construir, e destruir novamente epistemologias de nossas experiências.

No tecer daquilo que foi, que é, e que se manteve velado - pelo capital e eugenismo racial e religioso - que construímos um mundo nosso, mundo plural constituído de diversas outras realidades e mundos paralelos ao meu próprio, entrelaçando-se as outras teias. Essa perspectiva da teia não é fundamentada na igualdade, mas na beleza da individualidade e multiplicidade de outros povos. Assumir que todos somos iguais e partimos do mesmo berço é negar a ancestralidade a nós inerente, negar nossas vivências e abraçarmos num todo utópico. A filosofia, ainda mais quando falamos de seu papel na redefinição identitária, é um símbolo da criatividade e complexidade da vida, são os sete anos que Esú se dedicou a estudar com Oxalá a fim de recolher em si a sabedoria e o poder da vida. Esú se apresenta como a reconstrução múltipla do material e imaterial através do resgate dos caminhos que se bifurcam e precipitam-se em encruzilhadas.

“...talvez a tarefa iminente da formação não seja mais imprimir a forma, formar, mas antes transformar. Abrir a possibilidade de que as pessoas se tornem sempre outras, estejam em constante processo de modificação, de recusa de formas dadas, prontas e não pensadas. Não haveria, numa formação como transformação uma meta definida e inegociada a atingir. A constante autocrítica é a marca de uma formação como esta, uma formação não normalizadora, uma formação que seria uma ação [...] que não tenha um caminho seguro a ser trilhado, um caminho fixo, que não pode ser mudado; em outras palavras, sem um caminho dogmático. [...] Formação que vai desbravando caminhos” (Flor do Nascimento. 2006, p. 80)

A ancestralidade e o encantamento que aqui hão de delinear o pensamento africano e afro-brasileiro se encontra numa eterna dança de entrelaçamento dos princípios da diversidade, contudo, para se compreender essa eterna valsa que permeia nosso sangue e constitui nossos ossos, devemos pensar e derrubar as barreiras propostas através de um mito fundador e da instauração da filosofia “colonizada”. Afim de se alcançar o objetivo deste trabalho, objetivo exposto nas linhas anteriores, será abordado o processo de fundamentação do estado-nação brasileiro a partir da perspectiva de Chauí, os “efeitos colaterais” gerados aos povos diaspóricos/afro-brasileiros a fim da construção dessa pátria (efeitos como o epistemicídio que coloca o negro como não-ser ocupando um não lugar), além de uma análise acerca do reconhecimento e resistência aos processos de apagamento histórico, identitário e cultural ao qual os povos diaspóricos foram submetidos.

2. O MITO FUNDADOR, A NAÇÃO E A DIÁSPORA

Ao abordarmos o mito – ultrapassando a narrativa etimológica construída a partir da percepção greco-romana sobre feitos lendários – através da lente antropológica, incluindo todo o processo de construção cultural refletida e inspirada no mito, vamos ao encontro de uma solução “sobrenatural” para a inquietante realidade social a qual nos acorrenta cotidianamente a um empirismo insolúvel através dos meios comuns dispostos no plano material ou realístico que nos ancora.

O mito, etimologicamente exposto neste, difere-se do *mythos* proposto pelos gregos, dado que não possui em si a capacidade de ilustrar as realidades humanas, contrariamente, o conceito de mito abordado neste se baseia de na teoria de mito fundador proposto por Marilena Chauí em sua obra “Brasil: Mito Fundador e Sociedade autoritária”. Em suma, se enquanto o *mythos* grego tinha como pressuposto a busca da ilustração da realidade humana através da jornada heroica, o mito fundador a ser abordado neste trabalho é assim referido devido a imposição que o mito exerce, com um vincular eterno que vê em nosso passado a origem. O passado não se mantém imóvel e congelado no tempo, mas se trata de uma realidade que nunca se cessa, que se conserva eternamente enraizado no presente. O perpassar do tempo não segue uma linha reta, se trata de uma estrada tortuosa, esburacada e com diversas intersecções entre passado, presente e futuro, logo, não nos é possível, ou até mesmo permitido, a abordagem da

diferença temporal (entre os três tempos datados pelo homem) e da compreensão do presente enquanto presente. Se o mito se intersecciona, cruza entre si linhas imaginárias e reais, socioafetivas e culturais, da psique e do corpo material, essa relação acrônica impulsiona a repetição do mundo das ideias – segundo a concepção platônica – o que nos hipnotiza a percepção do mundo sensível e como efetivamente o vive-lo.

“Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo.” (Chauí, 2000, p. 6)

O questionamento que nos resta é a causa de o mito ser considerado fundador. O que ele funda e como se mantém? Nos é claro através da obra de Marilena Chauí que, ao contrário do princípio da formação de sociedades, que entenderá e singularizará a características econômicas e políticas decorridas da história, cuja explicitação sempre ocorrerá com uma interrupção ou quebra temporal, uma descontinuidade dos eventos, a fundação a qual aferimos ao mito se mostra num movimento histórico imaginário, que apesar de apresentar um instante de origem, em sua essência permanece num eterno devir, se mantendo viva, através de leves alterações, no curso irregular do tempo. Se em Heráclito entendemos o processo de transmutação física do ígneo, porém asseguarção essencial do ser, assim se mantém viva a eternidade, que transita pelos paralelos temporais, que lhe dá sentido. A fundação exerce uma relação quase paradoxal, visto que ao mesmo tempo que a encontramos inserida dentro do percurso temporal, a tal também tem um caráter anacrônico, se apresentando tanto dentro do percorrer histórico quanto fora dele, num presente que nunca se cessa, transcendendo o limiar temporal apreendido pela nossa vã mente humana. Como poderia algo percorrer o trajeto temporal e ainda sim se encontrar fora dessa rota, estagnada, mas não obstante de evolução, sempre presente, coexistindo no passado e futuro e ainda sim assumindo uma multiplicidade de formas sem nunca se afastar de seu ponto originário. A fundação nos aparece enquanto ser emanado pela sociedade, e ainda sim, simultaneamente originando essa mesma sociedade da qual ela é emanada.

Por mais que a simbologia mitológica em muito transcenda os conceitos os quais podemos nomear, enumerar, ou controlar através das ferramentas racionais a nós dispostas, seu simbolismo resolutivo, do qual mito é emanado e em si emana, inserido no anacronismo ou em um linear abstrato, ainda se mostra possível ancorar conhecimento - mesmo que de forma irrisória - neste quebra-cabeça invisível que permeia toda a construção material e imaterial ao

nosso redor. Enquanto sociedade abraçada pelo capitalismo, a nós se torna cotidiano a sensação de que o “mundo é adquirido”, um utilitarismo ideológico no qual a avaliação se baseia exclusivamente no lucro que pode ser obtido, e no qual tudo aquilo que em essência ou em ato não gera retorno financeiro é visto como ser ausente de funcionalidade, em grosso modo, inútil. No mercantilismo não há mistérios ou maravilhas, tudo se é racional e cognoscível. Partindo dessa proposição, voltamos nosso olhar ao mito, que retrataremos como um semióforo.

O semióforo se trata de um conceito baseado na autonomia do ser, uma autonomia que permite com que os objetos, independentes de essência, sejam ressignificados para além da funcionalidade ao qual foram medidas ou criadas. Pomian classifica os objetos em cinco partes: “os corpos, os restos, as coisas, os semióforos e as médias” (Pomian, 1998, p. 81). Se o semióforo é a ressignificação, a ele é direcionado a capacidade de representar o invisível, aquilo que não possui valor usual, mas ainda sim contém um significado em si, uma autossuficiência. O semióforo é, nas palavras de Marilena Chauí (2000, p. 9) “um acontecimento, um animal, um objeto”, ou seja, não se resumindo a objetos palpáveis, visíveis e despidos do sopro da vida, mas abarcando em si tudo aquilo ao qual foi previamente entendido enquanto fora do circuito de uso ou sem utilidade, direta e imediata, na vida cotidiana. Seu valor não se dá no capital, mas na autossuficiência, no simbolismo capaz de relacionar o visível com o invisível, e velar-se com o revelar-se, existindo num tempo sem tempo, no espaço macro e no micro, revelando, no campo visível, sua significação e existência.

“O semióforo desvela o seu significado quando se expõe ao olhar. Tiram-se assim duas conclusões: a primeira é que um semióforo acede à plenitude do seu ser semióforo quando se torna uma peça de celebração; a segunda, mais importante, é que a utilidade e o significado são reciprocamente exclusivos: quanto mais carga de significado tem um objecto, menos utilidade tem, e vice-versa. (Pomian. 1984, p. 72)”

Embora o semióforo é o desvelar-se do velado, daquilo que ama esconder-se, a autonomia do ser simplesmente ser sem explicitar uso, ele também é posse. O homem, enquanto ser racional avido por conhecimento e controle, é afetado pelo fascínio do invisível, com aquilo que o olho-matéria não consegue ver e compreender, surgem aqueles que mercantilizam a própria estrutura da existência humana (o mito), criando um sistema de crenças e instituições que lhes confere poder social, econômico e político ante aos demais indivíduos. Se o mito exerce a vinculação com o passado enquanto origem, nos resta a pergunta sobre a origem do mito. Ao tratar o desvelar-se como o processo de descobrimento ou exposição do invisível,

daquilo que se esconde nas profundezas da alma e do desconhecido, devemos entender que se algo é exposto, ele já existia a priori. Não inventamos ou construímos pensares, sua existência é originária antes do descobrir, do conhecer racionalizado. São invenções formuladas pela história e construídas através da expressão cultural. É um território que apesar de não visto, em nada é novo, já estava aqui, todo o resto se trata de criação cognoscível.

“No período da conquista e colonização da América e do Brasil surgem os principais elementos para a construção de um mito fundador. O primeiro constituinte é, para usarmos a clássica expressão de Sérgio Buarque de Holanda, a “visão do paraíso” e o que chamaremos aqui de elaboração mítica do símbolo “Oriente”. O segundo é oferecido, de um lado, pela história teológica providencial, elaborada pela ortodoxia teológica cristã, e, de outro, pela história profética herética cristã, ou seja, o milenarismo de Joaquim de Fiori. O terceiro é proveniente da elaboração jurídico-teocêntrica da figura do governante como rei pela graça de Deus, a partir da teoria medieval do direito natural objetivo e do direito natural subjetivo e de sua interpretação pelos teólogos e juristas de Coimbra para os fundamentos das monarquias absolutas ibéricas.” (Chauí, 2000, p. 58)

Assim, partindo do semióforo, as grandes navegações partiam em rumo a terras desconhecidas - nunca antes vistas e entendidas até mesmo como impossíveis - essas viagens se deslocam através das fronteiras daquilo que não é visível. Como já dito, nada é realmente descoberto, o dispositivo mítico produz/constrói realidades e nada existe fora dele, logo, o processo de aceitar aquilo que era tido como não existente ou que foi apagado pelo dispositivo mítico não parte do simples desejo de conhecer e estudar a formação cultural inerente a sociedade e ao humano quanto um todo, mas de um pressuposto capitalista que visa, egoisticamente, uma expansão de novos mercados, algo puramente comercial. Retorna-se então a exposição da posse e uso do semióforo enquanto mercadoria explorada pelo capital, reverenciando essas “novas terras ou descobertas” enquanto símbolos do sagrado, um novo mundo visível atado ao visível originário (tal qual o Jardim do Éden em sua extensa fartura). Essas terras são retratadas dentro do mercantilismo e utilitarismo como lugares abençoados por Deus ou pela própria fortuna, onde a primavera é eterna e a fecundidade não tem barreiras de impedimento, territórios místicos nos quais homens e animais convivem em paz entre si, a terra da qual jorra leite e mel. O semióforo é então utilizado como justificativa para a exploração do homem e apagamento do mito, da construção social, cultural e ecológica dos povos originários, facilitando a criação de um estado-nação e uma identidade nacional.

Quando se fala sobre estado-nação, se faz necessário a compreensão de que não há um consenso que date seu nascimento. Haverão pensadores que datarão a noção de estado-nação a fundação de Portugal, enquanto outros a associarão ao surgimento do primeiro Estado Moderno europeu, contudo, a noção de estado-nação aqui abordada (que é oriunda do trabalho de Chauí),

pode ter seu nascimento datado por volta do século XIX. Etimologicamente, nação deriva do verbo nascer, então seu significado vai estar intrinsecamente ligado com o nascimento ou parto de indivíduos nascidos de uma mesma mãe, no qual essa mãe se remete a um mesmo lugar, no sentido de espaço geográfico.

Ao se falar do conceito de estado-nação que compreendemos hoje, se faz necessário fazer um pequeno percurso sobre a história do uso etimológico do termo nação. Na obra “A metafísica e o belo na Idade Média Gótica” (Fernandes. 2022 p.12), somos apresentados a ideia de que durante a Idade Média, a Igreja Romana aderiu ao seu vocabulário o substantivo *nationes* (sendo livremente traduzido para nações), termo este que era comumente utilizado ao se referir aos pagãos e distingui-los do “povo de Deus”. Em suma, neste momento histórico *nationes* seria cunhado com a finalidade de se referir aos pagãos -contudo não somente eles, mas qualquer grupo de descendência comum - enquanto povo incumbia indivíduos tidos como organizados, que obedeciam às normas, regras e leis comuns. A fim de se referir a nação enquanto estado, o conceito mais regularmente usado era pátria, que por sua vez se aferia a uma figura jurídica que exercia poder sob todos aqueles ante a seu domínio. Neste momento a pátria tinha como simbolismo mais um indivíduo do que um coletivo, o poder patriarcal exercido pelo chefe da família.

Perpassando os mares da história, vemos que a partir do século XIX a pátria já começa a aderir o significado com o qual estamos acostumados, sendo entendida enquanto “território cujo senhor é o povo organizado sob a forma de Estado independente” (Chauí, 2004, p. 13). A introdução da pátria enquanto estado independente não ocasionou no desuso de continuar chamando povos marginalizados pelo termo nação, tal qual os medievais. Tivemos a “pátria mineira”, “pátria americana”, “pátria pernambucana”, mas o uso do termo nação se manteve ao se referir aos povos indígenas, negros e judeus, fator de grande importante para o desenvolver deste trabalho.

O princípio de unificação sob a mesma pátria, ou princípio da nacionalidade, exigia alguns aspectos dos habitantes, tais quais a vinculação da nação e território, a articulação da língua, religião e raça, e a ênfase ou enraizamento de uma consciência nacional, que é caracterizada por um conjunto de lealdades políticas. Vê-se que o processo de estabelecimento de um estado-nação não se dá somente através de políticas econômicas liberais, mas parte do eugenismo e higienização de todas e quaisquer características que representam a pluralidade. Se faz necessário que os *nationes* sejam singularizados, compelidos a uma só fé, abandonando toda a cultura, crença e ensinamentos repassados ao longo dos séculos, renunciem a seus dialetos e expressões linguísticas que caracterizavam e individualizavam – em meio a

pluralidade de outros povos – suas tribos, e sofressem coerção em ceder toda sua identidade e aquilo que a constituía em prol da “pátria”. A “alma nacional” surge de um conjunto de elementos simbólicos e materiais, tais quais a criação de uma série de heróis; monumentos culturais; um novo folclore ou absorção do antigo e sua ressignificação, dentre outros processos. O processo de formação do estado-nação se deu através do apagamento dos tecelões de histórias, se tratando de uma revolução industrial reversa em que as mãos que antes possuíam novelos de diferentes texturas, tamanhos e cores, hoje se encontram com um material único, desconectando fio a fio tapeçarias únicas.

Um conceito que bem se encaixa com o processo formativo do Brasil enquanto estado-pátria é o eugenismo, conceito postulado por Francis Galton, influenciado pelo livro “A origem das Espécies”. A Eugenia consistia na aprimoração, através da seleção artificial, da população humana. Seria então, um movimento que visava a exclusão daquilo compreendido enquanto elementos indesejados a sociedade a fim de melhorar – geneticamente – a população. Apesar de se referir a uma proposta que teve sua dispersão dada em maior volume no exterior, na intenção de estabelecimento e melhora da nação brasileira, a teoria foi bem recepcionada. O pressuposto eugenista serviu enquanto combustível para o pensamento racista vigente e utilizado para vingar a produção da identidade nacional, disseminando entre o povo a ideia de necessidade de “embranquecimento” dos negros através do estupro, demonização e proibição de sua cultura e religiosidade. Em suma, a ideia de “caráter nacional”, apesar de ser sustentado no eugenismo e apagamento identitário de povos originários, não pode ser algo homogêneo, a identidade não pode ser construída sem a diferença. Um dos métodos usados para se construir essas tenções sociais foi a mestiçagem, pois ela permite construir a imagem de uma totalidade social homogênea, vendo que o mesmo seria aquele com totalidade incompleta e lacunar. Seria assim que, a identidade da sociedade brasileira, é construída no atraso ou subdesenvolvimento pela privação.

“Todavia, postas as coisas dessa maneira, poderíamos também indagar se não estaríamos substituindo um fatalismo fundamentalista por outro. Ou seja, assim como os nacionalismos, ocultando que a nação é uma construção histórica recente fizeram da nacionalidade algo imemorial e destino necessário da civilização, também poderíamos estar tomando o fim dos nacionalismos ou dos Estados-nação como um destino inelutável, como o “fim da história”, tão ao gosto dos neoliberais. (Chauí, 2000; p 23)”

A nação é então constituída de um legado de lembranças que é aceito por todos, uma herança simbólica e material partindo do pressuposto de pertencimento. A nacionalidade,

portanto, refere-se à identidade. Como abordado previamente, a fim de se estabelecer uma identidade única, ou nacional, é necessário atribuir um patrimônio comum as diversas regiões e suas respectivas manifestações culturais, sociais, étnicas e religiosas. O que afirmo por isso é a necessidade de não se resgatar e desvelar aquilo que já existia e era comum aos diferentes povos, mas de imaginar e manufaturar, de conceber o inventário de uma herança que servisse como representação da coesão nacional.

Tendo em mente o conceito de nação pós Idade Média, para seu real parir e existir se faz necessário a existência do “ser” metafísico ou da alma nacional, que serão os elementos nos quais serão fundamentados a superioridade nacional em vista as classes, regiões e raças. Essa constituição apresenta a necessidade de uma consciência de unidade.

Vem-se ao encontro então com uma das maiores adversidades geradas pela proposta da unidade, o perigo da história única. Assim como Chimamanda Ngozi Adichie (2009) afirma, de tanto sermos expostos e consumirmos a narrativa criada pelo colonizador, associamos a verdade por ele vivida, seus traços, histórias e heróis ao nosso cotidiano e expectativa de vivência. A identidade nacional, que gerou narrativas eurocêntricas, enraizou no pensar não-branco um espaço de não lugar na literatura ou nas ciências em gerais, criando uma história única a ser contada e lida.

Contudo, não podemos resumir o problema da história única somente aquilo que foi exposto no parágrafo passado. As adversidades do processo de unidade e de singularização afetam também o imaginário e o ideal do colonizador ou povos não subjugados, tendo como um exemplo nítido deste comportamento a visão branca sob o continente Africano. Como coloca Chimamanda Ngozi Adichie (2009), é criado “uma espécie de piedade paternalista”, em que a crença é de que se há uma história única de África, uma história única que retrata sofrimento e catástrofes naturais. A África seria então uma amalgama cultural, uma junção de retalhos que forma um único país, não um continente, e, nesse “país”, não há a possibilidade de os africanos serem iguais ou partilharem semelhanças com os povos brancos, são classificados em níveis diferentes de humanidade, em que o sentimento mais complexo que poderia ser direcionado ou sentido por eles seria o de piedade.

Se na criação do estado-nação a influência e interesse político foi um fator chave para o processo de unificação dos povos sob uma mesma bandeira, ao se referir a história única não teríamos outro volante se não o próprio interesse político e o poder. Os tecelões hão de tecer os fios independentemente da vontade dos homens e dos deuses, mas somente aqueles com poder serão capazes de escolher que tapeçarias serão expostas e o como serão. O poder é a capacidade de contar as histórias, e como já afirmava Foucault (2007), não há a possibilidade de exercício

do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade, logo, dentro do exercício do poder não há moral, somente soberania.

Se o poder nos compele a criar uma economia acerca dos discursos de verdade, em suma, o poder compele a criação de um discurso de verdade – mesmo que não parta de um pressuposto verdadeiro, tal qual a nação cria ídolos falsos a fim de controle – a fim de gerar valores, mas esses valores não são baseados na moral ou na ética, mas num conceito de capital. O sistema em uso é rentável, logo, para o poder e aqueles que dele hoje se ocupam, se mantem favorável sua utilização, e a maneira mais fácil de se desapropriar e “enfraquecer” um povo que possa vir a gerar ameaça ao sistema ou ao exercício do poder em si é através da criação e narrativa de sua história. Em ocasiões nem se faz necessário criar uma nova história ou narrativa, apenas excluir pedaços e fazer recortes naquilo que não convém ou não se adequa aos valores e verdades que se buscam gerar.

O recorte histórico – em seu sentido literal, de recortar parte da história de um povo ou país, retratando de forma incompleta – se trata de um processo desumanizador, em que toda uma vivência, cultura, história e experiências são minimizadas e transformadas em combustível a um complexo de messias baseados em estereótipos. Referindo-se ainda a África, há sim a presença de diversas catástrofes, mas também histórias e marcos de superação que devem ser igualmente narrados. Não se pode negar também que muitas das catástrofes que a grande mídia retrata acerca do continente africano são resquícios e sintomas do processo de colonização e escravidão.

Outrossim, o problema acerca da história única não se limita a narrativa do continente Africano, podemos, e devemos, trazê-lo mais próximo a nossa realidade e abordar sua influência e exercício dentro da construção do ideal social brasileiro.

Abordando então o processo de história única no contexto do “verdeamarelismo” proposto por Chauí em sua obra *Mito Fundador e Sociedade Autoritária*, entende-se que esse termo é unido a fim de descrever um país essencialmente agrário, sendo uma colônia de exploração e não de povoamento. A economia descrita nesse “verdeamarelismo” por Chauí (2000) é voltada para o mercado e externo enquanto a produção se dá através das grandes propriedades escravista, logo, os donos de engenhos, minas, gados eram a classe dominante que se mantinham enquanto elite social-econômica através da mão de obra escrava ou forçada, o que nos leva a se dizer sobre o processo de diáspora africana e das políticas ou tentativas de destruição desta memória afro diaspórica. Diáspora africana é o nome atribuído ao fenômeno histórico e social categorizado pela imigração -majoritária e prioritariamente forçada- de indivíduos do continente africano. A diáspora africana não foi um processo que envolveu

somente a migração forçada, mas também a redefinição identitária. Ao se afirmar a migração forçada de indivíduos dentro do processo de diáspora ou dispersão africana, refere-se a escravidão. O escravagismo é um vivido exemplo da violência e exploração sistemática de um regime.

“A diáspora africana é o nome dado a um fenômeno caracterizado pela imigração forçada de africanos, durante o tráfico transatlântico de escravizados. Junto com seres humanos, nestes fluxos forçados, embarcavam nos *tumbeiros* (navios negreiros) modos de vida, culturas, práticas religiosas, línguas e formas de organização política que acabaram por influenciar na construção das sociedades às quais os africanos escravizados tiveram como destino”. (Marques; 2023, p. 1)¹

Se para a fundamentação do Estado-nação Brasil se fez necessário a miscigenação e o capital, além dos próprios bens minerais e materiais encontrados no continente africano, um dos pilares extraídos da África em prol do nascer dos estados foram os próprios povos africanos, sendo extraídos e trocados como *commodities*. Contudo, como vemos, o capital por si só não se demonstra capaz criar e sustentar uma nação, se fazendo necessário uma “alma nacional”, logo, o processo de esquecimento do eu e do individualismo por cada um carregado já era uma preocupação tida pelos colonizadores. Havia um temor comum: a possível maldição que poderia provir da memória dos escravizados, visto que eles proviam de diversas regiões e praticavam as mais distintas religiões, sendo indivíduos completos por si só, com seus próprios ideais e culturas enraizadas em si. Assim sendo, na *Costa dos Escravos* - área que hoje corresponde a Benin, Togo e Nigéria – utilizavam como principal porto de embarque dos navios negreiros o *Porto de Ajudá*. Neste porto foi estabelecido o Portal do não retorno e a Árvore do esquecimento.

“Neste lugar se encontrava a árvore do esquecimento. Os escravos homens deviam dar nove voltas em torno dela. As mulheres sete. Depois disso supunha-se que os escravos perdiam a memória e esqueciam seu passado, suas origens e sua identidade cultural, para se tornarem seres sem nenhuma vontade de reagir ou se rebelar. Que aberração! Que contradição! Na história humana alguém já viu um nagô esquecer suas origens e sua identidade cultural, se ela está tão marcada em seu rosto e tão incrustada em seu coração? Mas ele não esquecia nada, porque quando chegava lá recriava suas divindades, mas na metafísica daqui o essexoquecimento devia segui-lo, pois se não esquecesse ele poderia amaldiçoar o país. Ora, o rei não queria jamais que os escravos o amaldiçoassem. Cerimônias eram feitas para terminar com as maldições. Saindo da boca de alguém que morre ou de alguém que parte para sempre essas maldições eram temíveis, segundo nossa ideologia religiosa. E então rezavam pelos escravos na praia para que eles fizessem uma boa viagem. (ATLÂNTICO NEGRO, 1998, 15min54s)”

¹ <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/diaspora-africana-voce-sabe-o-que-e> ; visitado em 30/04/2024

Esse processo de apagamento da identidade não se dava somente através de meios simbólicos e rituais místicos. Durante a travessia transatlântica os negros eram acorrentados, subnutridos depostos de qualquer higiene básica e expostos a uma alta taxa de mortalidade. Sendo apresentados e submetidos a condições desumanas, muitas vezes não havia alternativa se não sucumbir as condições do apagamento. Ao chegarem em suas destinações, sempre que possível os cativos eram separados daqueles de mesma etnia que a sua, os afastando dos poucos resquícios que sobravam de sua língua, cultura, religiosidade e demais formas de identificação comum (não nacional). Não obstante a brutalidade sofrida, a individualidade e humanidade negada, a fim de se real dominar um indivíduo e sobrescrever sua história, novos nomes lhe eram dados, despojando-os totalmente de qualquer aspecto material que os ligasse com sua origem.

A expropriação material causada nos africanos pelo sistema escravagista teve como consequência, então, o não reconhecimento do eu e do próprio passado, encrustando no amago do ser uma sensação de eterno exílio, e esse processo de escravidão negra nas Américas simbolizou a fragmentação da memória e a imposição do silêncio aos negros colonizados. “Conhecimentos científicos são manufaturados, decretando a inferioridade natural e congênita dos negros em relação aos outros, “comprovada” através da medição do crânio e análise dos fenótipos carregados.

A nação brasileira teve e tem como seu alicerce as vítimas diaspóricas, mas somente trazê-las a fins de construção desse Estado-nação não era adequadamente suficiente, se fez necessário que o colonizador criasse uma narrativa, um mito, que se mantem a frágil soberania sendo estabelecida. Conquanto, apesar das incessantes tentativas do colonizador e dos senhorios, o real apagamento identitário se mostrou impossível, por mais que se apagasse – ou ao menos tentasse – todos e quaisquer aspectos materiais identitários negros, os aspectos imateriais permaneciam, mesmo que de “deturpados”. Há sim a sobrevivência de memórias e costumes que perseveraram mesmo com a catequização, proibição de seus cultos, apartheid étnico, mas não pode-se negar que o racismo ou sistema racial gerou no amago dos povos escravizados o auto ódio e a internalização do racismo, afetando o sistema de valores e tornando esses corpos em não-ser que pertence ao não-lugar.

3. O NÃO SER NO NÃO LUGAR

Ao se falar das engrenagens que movimentam a narrativa da história única e lenha que aquece a fornalha do sistema político atual moderno, se faz necessário abordar o conceito de supremacia branca. Este termo, não por acaso, não é abordado nas obras de referência acerca do estudo da teoria política. Como afirmava Mills (1997), ao se estudar as estruturas políticas que regem a sociedade moderna, o comum é se fazer um estudo filológico, começando o estudo da *res publica* com Platão e Aristóteles, incorporar as noções medievais de Agostinho e Aquino, partir para o renascentismo e se basear em Maquiavel, o “pai da política moderna”, trilhar o caminho do contratualismo proposto por Hobbes, e marchar por esse estudo historiográfico até a contemporaneidade. Não pode-se negar a importância desse estudo filológico do nascimento do estado e das estruturas de poder, pois dessa análise a qual seremos introduzidos a conceitos tais como aristocracia, democracia, absolutismo, liberalismo, capitalismo e demais outros, é um estudo que, em essência, cobre séculos de história, e história política, do Ocidente. Apesar de atravessar séculos, diferentes proposições e manuscritos, ainda sim será achado menção acerca do sistema político mais básico que regeu, e rege até os dias atuais, o mundo e suas relações raciais e identitárias, a supremacia branca. A omissão deste termo não se dá de forma acidental, mas age como um reflexo do princípio de o “vencedor conta a história” – algo que já havia antes sido abordado neste trabalho – em que quase todos os escritos, ao menos acadêmicos e educativos, que temos hoje e usufruirmos no cotidiano foram escritos por pessoas brancas. Em sua obra “The Racial Contract”, Mills (1997) afirma que muitas vezes esse comportamento de omissão se dá da construção plural da história e instauração da narrativa e edição branca se dá de forma inconsciente, em que os povos caucasianos sequer veem tais comportamentos como políticos ou forma de dominação, visto que o comportamento de colonizadores já se encontra tão bem enrustados em seu pensar e ver do mundo.

Quando é falado sobre o desenvolvimento do pensar e de criar pensamentos, é perceptível a ausência do multiculturalismo nesse processo. Se o outro ocupa um espaço de não lugar ou não ser dentro da construção de pensamento, se há a ausência da diversidade étnica e tudo aquilo com a qual ela pode contribuir, será então a filosofia a mais “branca” das ciências.

A grosso modo, quando abordamos o contratualismo através da perspectiva de Hobbes (2003) proposta em sua obra *Leviatã*, um conceito geral/comum é a abdicação de direito todos

os indivíduos a fim de se formar uma entidade que os proteja do estado natural – caracterizado como um estado de violência – e os trate enquanto **iguais**. Contudo, quando abordamos o contrato racial, o abdicar do eu, dos instintos e desejos individuais, não parte de todos os indivíduos. Explicando de uma forma mais fluida, o governo criado através do pacto contratual irá defender os interesses das pessoas que ocupam o espaço de ser, dos indivíduos que realmente são indivíduos e não foram desumanizados através de práticas colonialistas e eugenismo científico e religioso, enquanto os indivíduos ocupando o espaço de não ser, categorizados enquanto indesejados ou indignos e compor o contrato, serão ofuscados e excluídos das humanidades, tendo como preocupações o estado de natureza gerado não pela ausência do contratualismo da parte dele, mas gerado pelo contrato racial. Por uma via, enquanto o contrato racial vai fundamentar toda a sociedade branca, criando a sensação – seja ela falsa ou não – de paz de harmonia, aos indivíduos que não são envoltos por este contrato, o estado de natureza é a resposta a ser dada, instaurando o estado de natureza nesses povos através de sua marginalização, imposição do imperialismo e séculos de tentativas de conquista, colonialismo, escravagismo. Em suma, o Contrato Racial proposto por Mills não se resume em gerar julgamentos acerca das injustiças sociais, mas de descrever e explicar a gênese do sistema atual que rege a sociedade e o estado, e mantém o negro como o “outro”.

O contrato social aqui abordado se refere não somente ao contratualismo proposto por Hobbes, mas é um mesclado de diversos contratos, tais quais o contrato moral, contrato político e o contrato ético, mas ao tentar abordar o processo de não identidade dos povos em diáspora, deve-se incluir também o contrato epistemológico – contrato que age como fator fundamental para existência e aplicação do contrato racial.

O contrato político é aquele ao qual associamos a tese contratualista original, em que se conta a gênese do governo-estado através da concessão dos direitos naturais dos indivíduos, os transformando em um corpo coletivo subserviente ao soberano. O contrato moral por sua vez diz respeito ao código moral no qual essa sociedade foi fundada e o qual esse corpo coletivo deve seguir, agindo como um regulador de comportamentos, e por conseguinte, seguirão os contratos éticos e sociais. Seguindo essa linha de raciocínio, o contrato racial, o qual tanto foi abordado, é uma junção sociopolítica e moral que explica a criação e fundamentação da sociedade, como seus indivíduos foram reconstituídos e assumiram os papéis que hoje exercem e como uma vertente “moral” e psicológica foi desvelada.

O contrato racial será categorizado então enquanto um conjunto de meta- acordos, formais e informais, que fixam limites de validades contratuais entre os membros de um subconjunto de humanos. Cabe a classe de pessoas completas categorizar esses subconjuntos

enquanto ‘não brancos’ e de status moral enquanto inferior. As regras e contratos morais e jurídicos pré-estabelecidos pelos brancos não se aplicam a essas subclasses por se tratar de seres tidos enquanto inferiores. Fica evidente então que o contrato racial não se trata de um contrato no qual as subclasses não brancas são capazes de consentir, fatidicamente, os indivíduos não brancos são categorizados não enquanto sujeitos do contrato, mas mero objetos ou ferramentas por ele dispostas.

Como abordado anteriormente, o ideal de supremacia branca não se trata de uma narrativa com surgimento acidental no mundo. Em primeiro momento temos a Igreja Católica, que por séculos usou de argumento justificativo a escravidão a descendência dos negros a Cam, filho de Noé, que ao ver a nudez de seu pai teve seu próprio filho amaldiçoado a ser escravo de seus irmãos. Essa justificativa por si só aliviava os colonizadores de culpa enquanto enraizava em seus pensamentos que estavam agindo enquanto justiceiros divinos, que era seu encargo sagrado fazer com que os descendentes de Cam pagassem pelo pecado de seu ancestral e que tinham direito divino de escravizá-los, que fazia parte da predestinação dos africanos (entendidos enquanto povo descendente de Cam). Essa vertente de pensamento não se cessa durante o período escravagista, o precursor do eugenismo, Galton, tinha por pretensão estender as implicações postuladas pela teoria da seleção natural, afirmando que além de traço fenotípicos tais quais a cor do olho, feição e altura, traços comportamentais e habilidades intelectuais e artísticas também eram transmitidas através dos genes. Com base nessa construção lógica da biogenética que diversos cientistas buscavam a exclusão ou total de indivíduos que eram tidos como indesejáveis na sociedade devido as suas condições socioeconômicas, fenotípicas e histórico de doenças físicas e mentais.

É através dessa perspectiva que, como colocara Sueli Carneiro (2005) em sua tese de doutorado, que inserimos a negritude sob o ‘signo da morte’. São através destas distinções que se apresentam no processo do viver – constituído pelo nascer-adoecer-morrer – entre negros e brancos que irão se aliar as predisposições genéticas com a produção de condições de vida diferenciadas, embasamento um argumento de predominância ou domínio biológico. Os não brancos são visualizados como uma condição de infecção social, cuja eliminação se torna necessária a fim de se encontrar a tão querida assepsia.

A fim de não se aproximar do limbo infinito de debate racial e ideológico, é que entendemos a supremacia branca ocidental no mundo como um sistema político não nomeado. É estruturada uma sociedade racialmente organizada, um estado racial e um sistema jurídico racial onde a diferenciação entre brancos e não brancos é clara.

“Se um dispositivo é concebido por Foucault como um dispositivo de poder das sociedades disciplinares, no caso do dispositivo de racialidade além de sua função eletiva ou subalternizadora dos seres humanos segundo a raça, uma nova estratégia de poder pôde somar-se ou a ele acoplar-se (apoiando-se em dispositivos de poder anteriores à sua emergência), re-significando-o, instrumentalizando-o segundo essa nova estratégia ou nova tecnologia de poder sobre a racialidade. Agrega-se para Foucault uma nova dimensão, que ele denomina de biopolítica ou biopoder. Nessa biopolítica, gênero e raça articulam-se produzindo efeitos específicos, ou definindo perfis específicos para o "deixar viver e deixar morrer".” (Carneiro, 2005; pg. 72)

Não divergindo da temática, mas na realidade dela se aproximando ainda mais com a finalidade de tudo conectar e expor, nos retraímos um pouco novamente aos pressupostos europeus acerca do poder e seu exercício.

Não se parte da atualidade o exercício do ‘poder sob a vida de outrem’, essa dinâmica – característica e exclusiva dos soberanos – é datada até o feudalismo, em que o senhor feudal tinha por crença que como ele que ‘cedia a graça do viver’ a seus filhos e escravos, ele possuía o mesmo direito e poder de lhes retirar esta dádiva. Essa análise partiria então de um literal direito de vida e morte, o direito de causar morte ou deixar viver. De os tempos feudais até a atualidade houve mudanças estruturais no sistema de poder, e a partir dessas levianas mudanças que a morte, que antes era caracterizada como um direito do soberano de executar e exigir a abdicação da vida de seus súditos, agora se apresenta como um direito do corpo social de garantir e manter a própria vida. O que nos resta é a pergunta respondida no capítulo anterior, mas quem compõe este corpo social defendido pelos contratos?

A vida em si é o "direito" e a reivindicação das lutas passaria a ser feito em cima deste objeto. Com este cenário o sexo assume um papel duplo na organização política: por um lado faz parte da disciplina dos corpos e de outro pertence à regulação das populações. A organização da disciplina dos corpos dá ao sexo o "acesso" a vida das espécies, subjugando suas forças, suas potências, sua individualidade. E com parte a regulação das populações, seja por incentivo (ou não) de procriação, por controle de economias com campanhas ideológicas de moralização, seja por medição de forças baseadas em noções biológicas. Não só o sexo, enquanto instrumento de disciplina dos corpos e regulação das populações, mas também o sangue que são elementos constituintes dos mecanismos de poder. Por séculos as populações baseavam suas manifestações políticas em rituais, onde o "derramar" de sangue era uma demonstração de poder e política. Numa sociedade onde a fome e a epidemia são eminentes, a violência também será. O derrame de sangue e a honra de derramá-lo, fazem com que os corpos (o indivíduo e o sexo) se tornem o alvo principal dentro de uma política violenta. O controle de forças e de regulamentações que trazem a sexualidade para este meio violento e torna a vida um ato

político, é o que determina a importância e a imponência de um poder sobre o outro. Não substituindo a força política suscitada da sexualidade na sociedade pelo derramar de sangue expresso nas representações de poder, a visualização simbólica do sangue traz uma faceta mais analítica da sexualidade para a sociedade e a soberania. O derramar de sangue faz a passagem da regulação do poder para a sexualidade. A ideia de "sanguinidade" é algo dicotômico, de um lado o sangue sustenta a sexualidade, de outro a sexualidade sustenta o sangue. Foucault (2008), entre as discussões, traz um questionamento sobre o movimento que essa dicotomia levanta "Nesse ponto, devem-se distinguir duas questões. Por um lado: a análise da sexualidade como "dispositivo político" implicaria, necessariamente, a elisão do corpo, da anatomia, do biológico, do funcional?". Foucault descreve o imaginário ocidental do sexo como uma construção do desejável, prazeroso, delirante, o mesmo sexo que é usado como sangue, violência e dominação.

A dominação e a "sanguinolência" promulgada pelo imaginário do homem, sua dominação, exercício de poder e controle populacional em uma face, é contraposta pelo prazer, a expressão e o delírio em outro lado. O sexo – usado como forma de coerção e controle, de forma especial com o povo negro- , o sangue, a cultura e o poder em primeiras vistas podem parecer distintas, mas estão intrinsecamente ligadas entre si por um elo comum: a sociedade. Em suma, a noção de biopoder surge então através dos estudos acerca da sexualidade ocidental e se refere a prática dos estados modernos e a técnica por eles usados para subjugação dos corpos e controle de populações, e assim sendo, nesse aspecto biopolítico – que é a gênese do biopoder - o gênero e raça diferem os perfis específicos para o deixar viver ou deixar morrer "(...) o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer." (Foucault, 2002, p. 304).

"A definição dos corpos adequados para suportar esse processo de desenvolvimento capitalista num processo de industrialização nascente irá determinar no Brasil os estoques raciais adequados para essa tarefa. As predisposições raciais definidas para cada grupo humano irão suportar essas escolhas. Os ajustamentos dos fenômenos de população se darão, de um lado, pela política imigratória, como anteriormente referido, e, de outro, pelo contrato racial em que o embranquecimento é tanto um projeto estético e eugênico, como uma estratégia de promoção dos grupos raciais considerados adequados para sustentar o processo de modernização econômica (Carneiro, 2005; pg. 75)

Tendo exposto a existência de um dispositivo estatal de racialidade, constituído pelo contrato racial, a supremacia branca e os mecanismos coercivos do biopoder, voltamos nossos olhos a sociedade brasileira, na qual percebemos que todos esses dispositivos expostos agem como um 'instrumento articulador' de uma rede de elementos que define as funções e papéis sociais a serem cumpridos pelos indivíduos inseridos nesse recorte. É partindo desta dinâmica

que se faz possível a interpretação do epistemicídio enquanto uma das ferramentas do maquinário racial.

O conceito aqui usado de epistemicídio se baseia no proposto por Boaventura Sousa Santos (1997), que acunhou o termo enquanto um dos aparatos com maior eficácia e duração no processo de dominação étnica/racial, pois nega toda e quaisquer legitimidade das formas de conhecimento produzido pelos grupos dominados, pelos não brancos, e por consequência, nega também o ser enquanto sujeito de conhecimento.

“o genocídio que pontuou tantas vezes a expansão européia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais).” (Santos, 1995, p. 328).

O epistemicídio se trata não somente da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos diaspóricos e subjugados, mas abarca em si um processo de privação cultural, em que a esses povos são negados acesso à educação, rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material ou comprometimento da autoestima – processo que por sua vez irá deslegitimar o negro enquanto ser pensamento e produtor de conhecimentos. Essas táticas são aplicadas pois se demonstra impossível a desqualificação das formas de conhecimento dos povos dominados sem os desqualificá-los, individual e coletivamente, e somente ao retirar destes povos o caráter racional, de ser, que se é plausível a instauração de um conhecimento legítimo ou legitimado. Como disse Sueli Carneiro (2005, pg.97) “Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc.” Em suma, o epistemicídio nega os corpos não brancos, os forçando a subserviência e ao espaço de não-lugar e não-ser.

“A negação da plena humanidade do Outro, a sua apropriação em categorias que lhe são estranhas, a demonstração de sua incapacidade inata para o desenvolvimento e aperfeiçoamento humano, a sua destituição da capacidade de produzir cultura e civilização prestam-se a afirmar uma razão racializada, que hegemoniza e naturaliza a superioridade européia. O Não-ser assim construído afirma o Ser. Ou seja, o Ser constrói o Não-ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno: auto-controle, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização No contexto da relação de dominação e reificação do outro, instalada pelo processo colonial, o estatuto do Outro é o de “coisa que fala”. (Carneiro, 2005; pg. 99)

Nesse caso, o aparelho educacional age como fonte de múltiplos processos de aniquilação da capacidade cognitiva e confiança intelectual pertinente aos povos diaspóricos. Tudo faz parte do construto de produção do não-ser do negro, de apagamento de sua identidade a fim da criação da identidade nacional, das políticas privativas e higienistas que buscava criar um negro dócil, do processo forçado de miscigenação, do apartheid étnico durante o escravagismo. Tudo o que vemos são reflexos do maquinário sistemático opressivo racial, que não obstante em suas tentativas de apagar do negro todos os aspectos materiais a ele pertinentes, nega ou oculta as contribuições do continente Africano e da própria diáspora para o patrimônio cultural da humanidade.

4. RESISTÊNCIA AO EPISTEMICÍDIO E REVALIDAÇÃO DA IDENTIDADE

A hegemonia imposta pelo racismo epistêmico surge como uma forma de dominação hierárquica, na qual outros saberes são inferiorizados, silenciados, tornados invisíveis e não por coincidência. O manancial dominante epistêmico usa tais práticas a fim de consolidar uma dominação cultural.

“O racismo epistêmico não pode ser lido fora dessa estrutura de racializar corpos, histórias, saberes, sujeitos, para sustentar o privilégio epistêmico, cultural, racial e material de certos grupos.” (Loango, 2021, p. 9)

A chegada desses corpos racializados, dos corpos diaspóricos vindos para o Brasil através do tráfico de escravos, os colocou frente a realidade do racismo epistêmico. Estes povos foram marcados com a invisibilização e violência contra suas culturas de origem, ocupando o papel do não-ser no não-lugar. Apesar da marginalização e constantes tentativas de apagamento de suas culturas e aniquilação da própria vida, o encantamento pelo viver ainda não havia sido apagado tal qual queriam os senhores.

“[...]saude eivada de dor e lembranças de um território de origem motivou a rememoração e a ressemantização de mitos e contos da África, e motivou a emersão de formas variadas de expressão da experiência africana em outros territórios” (Oliveira, 2007, p. 172).

Através da resignificação, do reescrever e reconstruir que fórmulas de resistência as amarras mentais e físicas foram elaboradas. A saudade da pátria-mãe extraiu dos povos diaspóricos uma força que perpassou as amarras do tempo.

Temos como uma das criações desses movimentos de resistência negra e reafirmação da identidade o candomblé, que surgiu como uma religião afro-brasileira – sendo uma alternativa religiosa aos cultos praticados originalmente-, mas não abrasando só a demanda espiritual dos cativos, mas agindo como fator político e social, assumindo o papel de uma bussola ética e compasso moral para queles povos, uma forma de manter viva as raízes africanas e as alimentá-las dentro das possibilidades.

Se o candomblé surge como uma forma de fincar e manter viva as raízes que ligavam os povos escravizados as suas nações, em sua essência o candomblé é o culto a ancestralidade. A ancestralidade não é só o vincular religioso, mas o fio usado para tecer pensamentos e comunidades, ciências e ética, além de ser entendida enquanto uma bandeira de luta, uma ferramenta de afirmação para os negros. A ancestralidade é o berço da construção da identidade do negro no Brasil.

O sentar-se ao redor de uma fogueira ou ao colo da cadeira de balanço de um seus mais velhos a fim de se compartilhar histórias, experiências e sonhos não se trata de uma convenção moderna, mas de uma prática ancestral milenar, uma cujas raízes se estendem até os tempos e áreas mais remotas -registradas e não registradas – da humanidade, tendo como um modelo desta pratica os bardos, que através de seus poemas em formas de canções orais transmitiam histórias e lendas. Essa herança secular de “contação de histórias” não provém tão-só da palavra falada, mas advém da compreensão daquilo o que é falado. Nas tribos africanas as histórias, assim como foi nos povos em diáspora, eram criadas por seus próprios membros e para seus próprios membros. Assim como nas demais comunidades dispersas pelo mundo, seu intuito era de ensinar e transmitir valores. Por serem criadas por seus próprios membros, as histórias refletiam a identidade cultural de uma determinada tribo, acarretando um senso de pertencimento e orgulho. Os contos e fabulas eram conectivos temporais, um relógio não medido, cujos ponteiros perpassavam pelo passado, trazendo ao presente os ensinamentos necessários para a sobrevivência – saberes não só morais, mas naturais, tais como quais comidas poderiam vir a servir de alimento – e os valores necessários para se manterem no futuro.

Esse ato de contar histórias, de resgatar a ancestralidade ou os vestígios dela que nos são tangíveis é o fio que tece a comunidade, que emana pertencimento e implica o enraizamento coletivo, fruto de um chão.

“O encantamento oriundo da ancestralidade é um ato de compreender, compreender as outras pessoas e a si mesma, pois a compreensão leva o afeto, à troca e, assim, ao conhecimento[...].” (Machado, 2022, p. 9)

É através das referenciais ancestrais que construímos as ferramentas a fim de lutar contra o epistemicídio, pois é no chão tecido por esse encantamento ancestral que voltamos a ocupar de ser, que o não-lugar se refaz em um lugar de resgate de saberes e aplicação dos mesmos. É desse encantamento que nasce a filosofia africana, uma episteme que ressignifica e dá sentido as vozes silenciadas e corpos violentados. A filosofia africano-brasileira (que narra a nossa historiografia) parte da necessidade e do interesse de diálogo, de não só fincar as raízes da ancestralidade, mas fazer com que essas raízes deem luz a uma árvore frutífera, que interligue nosso passado, e modifique através da práxis o nosso presente e futuro.

“A filosofia do encantamento é uma produção enraizada, própria, não se apresentando como uma mimese de pensamentos de outros continentes, em especial, o europeu; ao contrário, é uma filosofia em diálogo direto, próximo com o continente africano, posto nossa relação carnal, espiritual, rente à pele, ao respirar, em virtude dessa ancestralidade que perpassa nosso existir, nosso pertencimento.” (Machado, 2022, p. 11)

Esse encantamento é reflexo de uma imagem única afro-brasileira, não partindo de pressupostos ou proposições expatriadas. O encantamento é lido enquanto a capacidade de criar mundo, mundos nossos e preenchidos por nós que partem do interior, é a permissão a um processo de libertação e decolonização.

Para a fundamentação do Estado-nação ou da pátria brasileira, se foi necessária a criação de uma narrativa única e mítica, narrativa esta que apagava toda a história e ancestralidade dos povos originários e diaspóricos. Esse processo de aniquilação mítica não se restringe ao campo espiritual ou metafísico, mas também cultural e social, processo este no qual esses povos foram despidos de suas verdades, de seus valores, ciências e ensinamento em primazia da criação de uma narrativa única, uma narrativa que os vinculasse a esse ideal de pátria, que criasse um senso de pertencimento -mesmo que artificial- e não desse espaço a contestação dessa soberania.

A fim de se manter essa relação de subserviência e manutenção do poder do Estado, diversas práticas criminosas e desumanizadoras foram adotadas, dentro delas temos como o

foco deste trabalho o epistemicídio, que parte do ideal de desvalorizar os conhecimentos e ciências de um povo em detrimento a outro. É instaurado no amago da sociedade que o produzir -intelectualmente falando- é capacidade única dos brancos, sendo evidente que dentro do espaço da construção de pensamento não se há diversidade étnica, forçando os povos originários e afro-diaspóricos a ocuparem um não lugar, e serem vistos como um não ser devido ao contrato racial. O epistemicídio não se trata apenas da subjugação do pensamento científico e construções acadêmicas, mas de um processo de desqualificação cultural que nega os corpos não brancos, os privando do acesso a educação. Colocar todos aqueles povos que não se encaixam no padrão da branquitude, que não são beneficiados pelo contrato racial nesse processo de eterno desvalidamento é como o Estado se mantem, como aqueles que exercem o poder se mantem no topo da pirâmide.

Contudo, não obstante, frente ao apagamento identitária, a seclusão e genocídios, as sementes de um novo amanhã regadas pela resistência tenderam e tendem a desabrochar. Através dos vestígios do passado que o colonizador tanto tentou apagar e o qual o Estado usou de diversos mecanismos para suprir, que surge a bandeira de luta e resistência, a ancestralidade. O culto a ancestralidade -seja de forma religiosa, filosófica, política ou cultura- foi um resgate, ou tem sido um resgate, de tecer um chão aonde os povos afro-diaspóricos desocupassem o não-lugar e não-ser. Reclamando suas ciências e traços de sua cultura outrora perdida, revitalizando através do saudosismo a identidade que outrora tentaram lhe roubar.

O candomblé, a maior forma religiosa de resgate dessa ancestralidade e resistência a opressão catequizadora dos colonizadores, ocupou e ocupa até os tempos atuais a frente de luta pelo resgate da identidade, através de suas ricas e plurais narrativas, bens e artefatos intelectuais de inestimável valor literário, cultural e religioso. As narrativas aqui em questão são denominadas enquanto itans (refere-se ao plural do termo itan) ou itã, que são um conjunto de contos, parábolas ou relatos míticos dos mitos e lendas do Panteão Yorubá.

As histórias e contos presentes no itan são repassados oralmente, contadas de geração em geração e tratadas como ensinamento recordado pelos mais velhos. Através desta transmissão oral que são passados conhecimentos acerca da vida dos orixás que nos aproximamos dos rituais, que somos educados e conhecemos a potencialidade, tanto do divino quanto do humano – visto que cada orixá não só é representado e personificado enquanto um elemento da natureza, mas como também exercem uma função social que nos é repassada através do Itan.

“Vale ressaltar que ITAN é uma palavra iorubá que significa história, qualquer história; um conto. De um modo mais específico, itan são histórias do sistema nagô de consultas às divindades. Na África, os itan compunham, e ainda compõem, o oráculo denominado de Ifá, que pode ser lido e interpretado através de um conjunto de dezesseis sinais, os odu. Esses sinais podem se combinar entre si, resultando em 256 outros sinais, que também se combinam entre si, perfazendo um total de mais de quatro mil sinais. Esses sinais são explicados através de várias histórias que compõem cada um deles. O sacerdote, o babalaô, sabe essas histórias de cor, pois o sistema era baseado apenas na comunicação oral (Póvoas, 2004, p. 25)”

A fim de não cair no obscurantismo advindo do colonizador, se faz necessário ter a primazia do entendimento de que os itans sofrem variações ou até mesmo “contradições”, visto que os itans se adaptam ao panteão ao qual cultuamos. O pensar – seja epistemológico ou religioso – africano não é uno, se trata de filosofias africanas, e não de uma única postulação ou escola a ser seguida, e o mesmo se experiencia na religião. Há diversos panteões, os quais chamamos de nações, correspondentes a diferentes áreas geográficas da África.

Irôko (orixá representado pela árvore gameleira-branca em alguns cultos), cultuado pela nação Ketu no candomblé, é dito como a primeira árvore plantada no Àíye (Terra, mundo dos homens), árvore pela qual os demais Orixás usavam para descer do Òrun (Céu) e visitar nosso reino. Irôko é a representação do próprio tempo, estando presente em cada era, observando e tomando notas.

O motivo de se abordar, mesmo que de forma breve os itans e o Irôko, é devido ao processo de resistência, reformulação e renascimento se começa com o fincar de raízes. Essas raízes atemporais não nos conectam somente com a ancestralidade religiosa, mas com comunidades e ciências, éticas e saberes. O Irôko é a própria raiz que permeia o espaço tempo, mantendo vivo em si pedaços de nossa história que maquinário algum pode apagar. Em cada uma de suas folhas se encontram conexões do eu, com a ancestralidade, com o chão que serve de norte para que nunca nos percamos ante aos processos de apagamento e esquecimento. O Irôko não só liga o Àíye ao Òrun, mas também nos serve de eterno lembrete da ancestralidade que nos permeia e do sagrado que acompanha o povo afro-brasileiro.

5. CONCLUSÃO

Neste trabalho fica perceptível a criação de uma narrativa única, narração esta que nega a realidade plural brasileira e transforma os corpos negros não em seres e indivíduos, mas em territórios disponíveis a venda, saque e subalternação.

Quando abordamos a construção da narrativa do epistemicídio, se faz de suma importância compreender que não se trata de um evento passado, distante do nosso cotidiano e superado pelos nossos ancestrais, mas em um fato que ocorre a todo momento no existir e resistir dos povos negros no Brasil. Se trata da falta de acesso a educação básica e de implementação de políticas de suporte que não sirvam apenas como medidas paliativas, mas como métodos genuínos de inserir o negro no âmbito acadêmico, mas não somente inserir aqueles que foram e permanecem incluídos, mas de valorizar e reconhecer os que ocupam esse espaço atualmente e os que um dia já ocuparam.

Existem sim medidas já adotadas pelo sistema, tais como a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que torna obrigatório nas escolas de ensino fundamental e médio -sejam elas privadas ou públicas – o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, contudo, analiso essa visão como uma continuação da lei do sexagenário. Se na lei do sexagenário se tratava de uma lei “aboliconista” que garantia a liberdade para escravos com mais de 60, porém com as condições de vida sub-humanas as quais os negros foram expostos durante o período escravagista, chegar aos 60 anos era um sonho extremamente distante. Assim como foi também a abolição da escravatura no Brasil, em que os negros foram libertos do status de escravos, mas não houve quaisquer tipos de preparo por parte do estado a fim de acomodá-los, inseri-los no mercado de trabalho, não houver qualquer tiro de reparação. E é no tecer dessa teia que analiso a lei 11.645, pois tornar obrigatório o estudo da cultura afro-brasileira é uma ótima medida, contudo, que figuras negras são estudados? Quais pensadores negros são reconhecidos pelo sistema e inseridos nas obras passíveis de estudo desses alunos?

O processo de libertação ou resistência ao epistemicídio começa sim com o fincar e reconhecer as raízes que nos conectam com nossas tribos ou ancestrais, mas ele vai além disso, ele abarca políticas públicas realistas que visem a real formação identitária do negro enquanto negro, concessão de bolsas de estudos e reconhecimento acadêmico a áreas que fogem do foco investigativo eurocêntrico. Não que os pressupostos propostos por pensadores europeus não possuam valor, mas entender que outros povos produzem formas de conhecimento tão dignas e bem elaboradas quanto as que a mídia e o sistema colocam em foco (a europeia).

Concluindo então, cabe a nós, corpos pretos incluídos no âmbito acadêmico, produzir, lutar e resistir por políticas plurais que prezem pela inserção de mais alunos de cor, e não se esconder através de linguagens e terminologias academicistas que nos distanciam do público alvo ao qual nos dirigimos, mas fazer produções que levem a outrem o conhecimento que adquirimos da forma mais facilitada possível, pois se algo ficou evidente nesse projeto foi que nossa identidade – sejam os aspectos materiais ou imateriais dela – podem ser roubadas ou oprimidas, mas o conhecimento que adquirimos, por mais marginalizado que seja, se torna nossa arma de resistência, nosso meio de abraçar as raízes do Iroko.

Referências bibliográficas

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi; **O Perigo de uma historia única** ; Tradução por Erika Barbosa; Revisão por Belucio Haibara CONFERÊNCIA ANUAL – TED GLOBAL 2009 – DE 21 A 24 de JULHO OXFORD, REINO UNIDO
- BARBIERI, Renato. **Atlântico Negro – Na rota dos Orixás**. 1998, 15min54s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7m0Ifj0YfAQ>
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**; 2005
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**; São Paulo. 2000
- FERNANDES, Marcos Aurélio. **A metafísica do belo na Idade Média Gótica**. 2022
- FOUCAULT, Michael. **Segurança, Território, População**; [Martins Fontes], 2008
- FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**; 1988
- LOANGO, Anny Ocoró. **O racismo e a hegemonia do privilégio epistêmico**, 2021
- MACHADO, Adilbênia Freire; OLIVEIRA, David Eduardo. Filosofia africano-brasileira: Ancestralidade, encantamento e educação afrorreferenciada. **Cuadernos de Filosofia Latinoamericana** 43(126), 2022
<https://doi.org/10.15332/25005375.7512>
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 2018
- MARTINS, Mireile Silva; MOITA, Júlia Francisca Gomes Simões. **Formas de silenciamento do colonialismo e epistemicídio: apontamentos para o debate**. 2018
- MILLS, Charles. **The Racial Contract**. Cornell University, 1997
- MOREIRA Rodrigo Birck; PERETI Emerson; **A árvore do esquecimento e as tentativas de destruição da memória afrodiaspórica**. 2020
- OLIVEIRA, David Eduardo de. Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação – RESAFE** (18), 2012
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: Gil, Fernando (Org.). **Memória-História**. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998
- PÓVOAS, Ruy do Carmo. **Itan dos mais-velhos: contos**. Ilhéus: Editus, 2004.

SOUZA Daniela Barreto; SOUZA Adílio Junior 2019. **Itan: entre o mito e a lenda**. 2019

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pelas mãos de Alice**. São Paulo: Cortez Editora. 1995